



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Gabinete do Deputado **Luciano Ducci** – PSB/PR

COMISSÃO ESPECIAL SOBRE O SISTEMA PORTUÁRIO BRASILEIRO (PL 733/2025)

EMENDA SUPRESSIVA AO PROJETO DE LEI 733/2025

Dispõe sobre o Sistema Portuário Brasileiro, regula a exploração dos portos, as atividades de operação portuária, o trabalho portuário e dá outras providências.

Art. 1º. Suprima-se o inciso V do art. 4º do Projeto de Lei nº 733/2025

JUSTIFICATIVA

A proposta supressiva do inciso busca restabelecer a obrigação do Estado em regular a atividade econômica portuária para todos, seja público ou privado, e que não atuem de forma abusiva ao fixarem as suas tarifas ou preços infringindo o princípio da modicidade.

A proposta do inciso V traz um grande eufemismo ao tratar da modicidade, propondo apenas a ação de "estímulo" pelo Estado, ou seja, outro tratamento diferenciado para o porto privado, o que representa uma diminuição do seu papel como garantidor da modicidade e da publicidade dos preços públicos.

Isso gera um risco de tolerância a práticas de preços que não sejam módicos, retirando das mãos do Estado o seu papel de sancionar e, pelo projeto, agora somente com a responsabilidade de apenas estimular para obter a modicidade. Somente através de um papel garantista o Estado pode inibir condutas abusivas do setor privado, não sendo viável depender da autorregulação (Art. 38 e seguintes do projeto) neste campo econômico devido ao claro conflito de interesses entre a exploração comercial e as necessidades dos usuários exportadores e importadores.

O princípio da modicidade tarifária tem como objetivo garantir que tarifas e preços públicos sejam acessíveis, promovendo o equilíbrio entre os custos operacionais e os interesses sociais e econômicos. Esse princípio está implicitamente presente na Constituição Federal brasileira de 1988, que estabelece como um dos fundamentos do



Palácio do Congresso Nacional - Praça dos Três Poderes - Anexo IV - Gabinete 427 - Brasília - DF - CEP 70160-900
Telefone: (61) 3215-5427

Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD258184584400>
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Luciano Ducci

Apresentação: 13/08/2025 15:05:54.957 - PL073325
EMC 299/2025 PL073325 => PL 733/2025

EMC n.299/2025





CÂMARA DOS DEPUTADOS

Gabinete do Deputado **Luciano Ducci** – PSB/PR

serviço público o atendimento ao interesse coletivo, conforme o artigo 175, que regula a prestação de serviços públicos mediante concessão ou permissão, sempre por meio de licitação.

No campo da legislação infraconstitucional, a modicidade tarifária é reforçada por normas como a Lei nº 8.987/1995, que trata do regime de concessão e permissão de serviços públicos. O artigo 6º dessa lei prevê que a tarifa seja justa e adequada, visando não apenas à remuneração do concessionário, mas também à proteção do usuário contra abusos econômicos

A atual legislação portuária é mais assertiva e benéfica pró usuários dos serviços portuários ao utilizar o termo "garantia" (Art. 3º, II, Lei nº 12.815/2013), referindo-se ao compromisso de assegurar que determinadas condições serão cumpridas ou que certos direitos serão protegidos e, a proposta legislativa ora com emenda supressiva, visa exatamente retirar a intervenção do Estado diante de práticas abusivas das administrações portuárias privadas, pois o porto público estará diante da ação garantista deste por força do Art.3º, III e, aqui residindo mais um dispositivo sub-reptício de legalizar uma assimetria regulatória em prol do porto privado.

O garantismo se manifesta de várias formas, incluindo, no caso em questão, a garantia legal, independentemente de cláusulas contratuais específicas, como a garantia de produtos e serviços no Código de Defesa do Consumidor ou dos usuários dos serviços prestados pelas instalações portuárias.

Sala das Comissões, 13 de agosto de 2025

Luciano Ducci
Deputado Federal
PSB/PR



Palácio do Congresso Nacional - Praça dos Três Poderes - Anexo IV - Gabinete 427 - Brasília - DF - CEP 70160-900
Telefone: (61) 3215-5427

Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD258184584400>
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Luciano Ducci

